

Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: Nº - 65/2018

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N.º - 42/2018

REGISTRO DE PREÇOS Nº - 33/2018

Tipo: **MENOR PREÇO**

Objeto: Selecionar propostas para obtenção de REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição eventual e futura de medicamentos para atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde e Centro de Saúde do Município de Igaratinga – Fundo Municipal de Saúde.

RECIBO	
A Empresa	
retirou este Edital de Licitação e deseja ser informada de qualquer altera	
e-mail ou pelo	fax:
(<mark>Ass</mark> inatu <mark>ra)</mark>	

OBS.: ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO À COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO PELO FAX: (37) 3246.1134 PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO.

O PRESENTE EDITAL ESTÁ SUJEITO À EVENTUAIS ALTERAÇÕES, QUE SERÃO DEVIDAMENTE PUBLICADAS DA MESMA FORMA QUE O ORIGINAL, DEVENDO AS EMPRESAS INTERESSADAS ACOMPANHAR, VIA INTERNET, PELO SITE: www.igaratinga.mg.gov.br TODO O TRÂMITE LICITATÓRIO, ATÉ A DATA DE ABERTURA DO CERTAME.

O Município de Igaratinga não se responsabiliza por comunicações à empresa que não encaminhar este recibo ou prestar informações incorretas no mesmo. Considerar-se-á válida a CÓPIA FIEL do edital publicado no site da Prefeitura Municipal de Igaratinga. Em caso de licitação na modalidade PREGÃO, as empresas que consultarem esse edital no site do Município de Igaratinga deverão também cumprir todos os requisitos para participação previstos no mesmo.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

NORMAS DA LICITAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA:

OBJETO - Selecionar propostas para obtenção de REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição eventual e futura de medicamentos para atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde e Centro de Saúde do Município de Igaratinga – Fundo Municipal de Saúde.

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE IGARATINGA, sediada a Praça Manuel de Assis, 272 - Centro – Igaratinga – MG, realizará procedimento de licitação nº - 65/2018, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 42/2018, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2018, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 462/2006, subsidiariamente Lei Federal 8.666/1993 e bem como a Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006, alterada pelas Leis Complementares 128/2008 e 147/2014, legislação correlata e ainda de acordo com as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e anexos.

Os envelopes contendo a proposta comercial e documentação de habilitação serão recebidos em sessão pública **às 09:00 horas do dia 11/09/2018**, na sala da Comissão Permanente de Pregão da Prefeitura, à Praça — Manuel de Assis, 272 - Centro — Igaratinga — MG, oportunidade em que serão examinados.

O Edital poderá ser obtido, na íntegra, na Sede da Prefeitura Municipal, Setor de Licitações e Contratos, no endereço acima descrito ou no site da Prefeitura www.igaratinga.mg.gov.br.

O pregão será realizado pela Pregoeira, servidora **Taciana Aparecida Máximo.** Comporão a Equipe de Apoio os servidores Emanuela Carolina da Silva, Denise Gonzaga Silva e Emerson Leite da Silva, podendo ser substituído qualquer servidor designado pela Portaria N.º 441 de 04 de abril de 2018.

TRANSFORMANDO TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO

1. OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto Selecionar propostas para obtenção de REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição eventual e futura de medicamentos para atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde e Centro de Saúde do Município de Igaratinga – Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes deste TERMO DE REFERÊNCIA <u>anexo</u> III.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 2.1 Pessoas jurídicas do ramo de atividade econômica pertinente e compatível ao objeto deste Edital, devendo observar os art. 48 e 49, Il da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 2.2 Não poderá participar do presente certame a empresa:
- 2.2.1 concordatária; em processo de falência; sob concurso de credores; em dissolução; ou em recuperação judicial;
- 2.2.2 estrangeira que não funcione no País;
- 2.2.3 com o direito suspenso de contratar com o Município de Igaratinga ou por ter sido declarada inidônea;
- 2.2.4 que esteja cumprindo penalidade que a impeça de participar de licitação junto à Administração Pública Municipal;
- 2.2.5 que possua participação direta ou indireta de sócio, diretor ou responsável técnico que tenha vínculo empregatício com o Município de Igaratinga;
- 2.2.6 em consórcio.
- 2.2.6.1 Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consócio" no Pregão em tela.

3. ENTREGA DOS ENVELOPES

- 3.1 Dos envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".
- 3.1.1. Os envelopes "Proposta Comercial" e "Documentos de Habilitação" deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues a Pregoeira, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Igaratinga. - Comissão Permanente de Pregão — Praça - Manoel de Assis, 272 - Centro — Igaratinga — MG.

DATA: 11/09/2018 ANDO TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO

HORÁRIO: 09:00 HORAS

3.1.2. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNCIPAL DE IGARATINGA/MG

PREGÃO PRESENCIAL **N.º - 42/2018** REGISTRO DE PREÇO Nº: **33/2018**

ENVELOPE N.º 1 - PROPOSTA COMERCIAL

PROPONENTE:





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

PREFEITURA MUNCIPAL DE IGARATINGA/MG PREGÃO PRESENCIAL **N.º - 42/2018** REGISTRO DE PREÇO Nº: **33/2018** ENVELOPE N.º 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.2. O Município de Igaratinga não se responsabilizará por envelopes de "Proposta Comercial" e "Documentos de Habilitação" que não sejam entregue a Pregoeira designada no local, data e horário definidos neste edital.

4. CREDENCIAMENTO

- 41. Na sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, o proponente/representante deverá se apresentar para credenciamento, junto a Pregoeira, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pela representada, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente, e será admitido apenas um representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um credenciado.
- 4.2 O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, ou documento que comprove os necessários poderes para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.
- 4.3 No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia autenticada do respectivo estatuto ou contrato social e da última alteração estatutária ou contratual, no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 4.4 O documento de credenciamento poderá obedecer ao modelo em <u>anexo II,</u> para facilitar sua interpretação.
- 4.5 Deverá ME ou EPP definida pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, por meio de certidão expedida pela Junta Comercial comprovando sua condição, conforme artigo 1º e 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio DNRC; ou sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP por meio de comprovação de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados e ainda declaração de que são beneficiários da Lei Complementar nº 123, de 2006, e que estão excluídas das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, e ainda deverá apresentar a declaração conforme modelo constante no Anexo V.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

OBSERVAÇÃO: A certidão expedida pela junta comercial deverá ser com expedição de no máximo 60 (sessenta) dias.

- 4.6 As empresas que não apresentarem as condições previstas nesta cláusula não estarão credenciadas para o presente certame.
- 4.7 Juntamente com o credenciamento, a licitante apresentará a declaração de que atende plenamente a todos os requisitos de habilitação exigidos para o certame, conforme modelo a seguir, além dos certificados e/ou declarações eventualmente exigidos nos anexos.

DECLARAÇÃO						
A empresa	, CNPJ n.º,					
declara, sob as penas da lei, que a	tende plenamente todos os requisitos de					
habilitação exigidos para participar do	Pregão Presencial 42/2018.					
Data e local						
Nome e assinatura do Di	retor ou Representante Legal					

- 4.8 Se, após o credenciamento, o representante da Licitante se ausentar da sala em que se realiza a sessão, o processo não será suspenso e caso se faça necessária à participação do mesmo e este estiver ausente, será reputada sua desistência. O retorno posterior do representante ausente não implicará no refazimento dos atos praticados em sua ausência, sendo considerados convalidados.
- 4.9 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.
- 4.10 A licitante vencedora, por ocasião da assinatura da Ata, se desejar ser representada por procurador, deverá apresentar no ato de subscrição instrumento procuratório público ou particular, com firma reconhecida.
- 4.11 As empresas licitantes que optarem em enviar envelopes (correio ou protocolo antes da sessão) para a sessão deverão, obrigatoriamente, apresentar fora dos envelopes de habilitação e proposta financeira os documentos inerentes ao credenciamento, sob pena de serem consideradas descredenciadas e não participarem da sessão.

5. PROPOSTAS COMERCIAIS





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 5.1 As propostas comerciais serão datilografadas ou impressas, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, podendo observar o modelo anexo I a este edital, e constarão:
- 5.2 nome, número do CNPJ, endereço, telefone e fax da empresa proponente;
- 5.2.1 As propostas deverão ser do tipo **menor preço POR ITEM**, conforme termo de referência.
- 5.2.2 número do processo e do Pregão para registro de preço.
- 5.2.3 Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: Transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- 5.2.4 termo de compromisso d<mark>o licitante, decl</mark>arando que o objeto do certame será prestado e entregue conforme estipulado no Edital e Termo de Referência;
- 5.2.5 prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes.
- 5.2.6 nome do banco, agência e número da conta corrente do licitante.
- 5.3 As propostas poderão ser corrigidas automaticamente pela Pregoeira, caso contenham erros de soma e/ou multiplicação, bem como divergências entre o preço unitário e o total do item, hipótese em que prevalecerá sempre o primeiro. Sendo a proposta corrigida pelo representante da empresa, se estiver presente na sessão deverá assinar a proposta, se for o caso.
- 5.4 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- 5.5 A licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento escrito à Pregoeira, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 5.6 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.7 A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.
- 5.8 Os preços serão cotados com três casas decimais. Ex: R\$ 0,001
- 5.9 As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas um preço e um laboratório.
- 5.10 O objeto contemplado neste Edital será contratado com quantas empresas forem necessárias para atender todas as solicitações.

6 HABILITAÇÃO

- 6.1 Quanto à REGULARIDADE JURÍDICA, a licitante apresentará:
- 6.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 6.1.2 Ato Constitutivo, estatuto o<mark>u contrato s</mark>ocial e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores:
- 6.1.2 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 6.1.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 6.1.4 Os documentos relacionados acima não precisarão constar do envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão. Se as alterações do contrato social, em sua totalidade, tiverem sido consolidadas num só documento, devidamente registrado na Junta Comercial, bastará a apresentação do contrato social consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas. Do contrário, o licitante poderá apresentar a versão





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

<u>original acompanhada das alterações promovidas e registradas no órgão</u> competente.

- 6.3 Quanto à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**, apresentará:
- 6.3.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;
- 6.3.2 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- 6.3.3 Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal:
- 6.3.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e previdenciária (INSS), emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- 6.3.5 Prova de inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. " (NR).

6.4 Quanto à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.4.1 Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, de acordo com o inciso II do artigo 31 da Lei Federal nº 8.666/93. Caso a certidão não especificar prazo de validade, considerar-se-á o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

6.5 Quanto à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, apresentará:

Todos os documentos abaixo descritos deverão ser encaminhados com no mínimo 03 (três) dias de antecedência da abertura do processo licitatório, para o endereço Praça Manuel de Assis, n° 272 – Centro – Igaratinga-MG, conforme relação abaixo, e ainda as páginas deverão ser numeradas de acordo com os itens do termo de referência.

6.5.1 Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pela Lei Federal n.º 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal n.º 79.094/77 (art. 2º) e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98, alterado pela portaria 3.765 de outubro de 1998;





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 6.5.2 Autorização de Funcionamento da empresa licitante, expedida pela ANVISA— Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido pela Lei Federal n.º 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal n.º 79.094/77 (art. 2º), Lei Federal n.º 9.782/99 (art. 7º, inciso VII) e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98, alterada pela portaria 3.765 de outubro de 1998;
- 6.5.3 Quando se tratar de medicamento constante na relação do Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial aprovadas pela Portaria n.º 344/99 de 12/05/99 da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, também deve ser apresentado a Autorização Especial de Funcionamento da empresa licitante.
- 6.5.4 Apresentação do CERTIFICADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA do farmacêutico responsável, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia, com prazo de validade em vigor, na data de abertura dos envelopes, conforme exigência da Lei Federal n.º820/60 (art. 24);
- 6.5.5 Além da documentação especificada no subitem 6.5.1 ao 6.5.4 no caso de participação de empresa FABRICANTE, esta deverá, também e obrigatoriamente, anexar a documentação seguinte, sob pena de inabilitação:
- 6.5.6 O Certificado de Registro do medicamento, emitido pela ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária vinculada ao Ministério da Saúde, ou cópia autenticada da publicação no "Diário Oficial da União" relativamente ao registro do medicamento. Caso o prazo de validade esteja vencido deverá ser apresentado Certificado de Registro, ou cópia da publicação no "DOU" acompanhado do pedido de revalidação.
- 6.5.7 Além da documentação especificada nos subitens 6.5.1 a 6.5.4, no caso de participação de empresa DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS NACIONAIS deverá, também e obrigatoriamente, ser anexada à documentação seguinte, sob pena de inabilitação:

 TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO
- 6.5.8 O Certificado de Registro do medicamento, emitido pela ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária vinculada ao Ministério da Saúde, ou cópia autenticada da publicação no "Diário Oficial da União" relativamente ao registro do medicamento, em nome da empresa fabricante. Caso o prazo de validade esteja vencido deverá ser apresentado Certificado de Registro, ou cópia da publicação no "DOU" acompanhado do pedido de revalidação "FP 1" e "FP 2", datado do semestre anterior ao do vencimento, na forma do artigo 14, parágrafo 6º do Decreto Federal nº 79.094/77.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

6.5.9 Além da documentação especificada nos subitens 6.5.1 a 6.5.4, no caso de participação de empresa DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS FABRICADOS NO EXTERIOR E EMPRESA DISTRIBUIDORA IMPORTADORA DE MEDICAMENTOS FABRICADOS NO EXTERIOR deverá, também e obrigatoriamente, ser anexada a documentação seguinte, sob pena de inabilitação:

6.5.10 Certificado de Registro do medicamento, emitido pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária vinculada ao Ministério da Saúde, ou cópia autenticada da publicação no "Diário Oficial da União" relativamente ao registro do medicamento, em nome da empresa fabricante. Caso o prazo de validade esteja vencido deverá ser apresentado Certificado de Registro, ou cópia da publicação no "DOU" acompanhado do pedido de revalidação "FP 1" e "FP 2", datado do semestre anterior ao do vencimento, na forma do artigo 14, parágrafo 6º do Decreto Federal nº79.094/77.

6.5.11 As exigências contidas nos subitens 6.5.1 a 6.5.8 atendem àquelas formuladas pela Lei Federal n. 6.360 de 23/09/76, pelo Decreto Federal n.º 79.094/77, pela Lei Federal n.º 9.782/99, pela Portaria Federal nº 2.814/GM, de 29/05/98 alterada pela Portaria nº3.765 de 20/10/98 do Ministério da Saúde, pela Resolução RDC nº 25 de 09 de dezembro de 1999 e pela Resolução nº 460 de 14 de setembro de 1999, cujos documentos deverão estar com prazo de validade em vigor.

6.6 Juntamente com os documentos referidos nesta cláusula será apresentada, para fins de habilitação, declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal; e declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei n.º 9854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei. As declarações obedecerão aos modelos a seguir:





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

DECLARAÇÃO
A empresa, CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal e inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, Pregão Presencial nº 42/18, Processo Licitatório nº 65/18.
Data e local
Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

D		IΛ	RA	CÃ	
ט	LV	ᅜ	ŊĄ	y,	U

A empresa, CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, que na mesma não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da Lei, Pregão presencial nº 42/18, Processo Licitatório nº 65/18.

Data e local

PREFEITURA DE

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal.

- 6.7 O Certificado de Registro Cadastral CRC emitido pelo Município de Igaratinga/MG e com a validade em vigor, substitui os documentos exigidos nos itens anteriores deste Edital para habilitação, nos itens 6.1 e 6.3.
- 6.8 Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros, mesmo que estejam com a validade expirada.
- 6.9 Da habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- 6.9.1 A comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 6.9.2 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 6.9.3 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05(CINCO) dias úteis, cujo termo inicial correspondente ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, prorrogados por igual período a critério da administração. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Pregoeira.
- 6.9.4 Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.
- 6.9.5 A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado a Pregoeira convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do item 8, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.
- **6.10** Sob pena de **inabilitação**, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:
- **6.10.1 -** se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**:
- **6.10.2** se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**:
- **6.10.3** se o licitante for **matriz**, e o **executor** do contrato for **filial**, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;
- 6.11 Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.
- 6.12 Os documentos mencionados no item 06 não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo.

7 SESSÃO DO PREGÃO





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 7.1 Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, a Pregoeira procederá à abertura dos envelopes de proposta comercial dos licitantes, cadastrando-as no sistema.
- 7.2 Após o cadastramento dos valores de cada empresa participante, a Pregoeira declarará aberta a sessão do PREGÃO para os lances, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes.

7.3 CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

- 7.3.1 Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.
- 7.3.2 O autor da oferta de menor preço e o das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela serão classificados para participarem dos lances verbais.
- 7.3.3 Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no artigo anterior, a Pregoeira classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos, para que seus autores participem dos lances verbais. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.4 LANCES VERBAIS

- 7.4.1 Aos licitantes classificados e presentes na sessão será dada a oportunidade para disputa por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.
- 7.4.2 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.
- 7.4.3 Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com os valores praticados no mercado, esta poderá ser aceita.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

7.4.4 Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, o sistema classificará os licitantes em ordem alfabética para definir a ordem de apresentação dos lances.

7.5 JULGAMENTO

- 7.5.1 Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço POR ITEM.
- 7.5.2 O objeto contemplado neste Edital será contratado com quantas empresas forem necessárias para atender todas as solicitações.
- 7.5.3 Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá a Pregoeira, juntamente com a equipe de apoio decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade.
- 7.5.4 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, a Pregoeira procederá a abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas neste edital.
- 7.5.5 Constatado o atendimento p<mark>leno às exigência</mark>s fixadas neste edital para habilitação, o licitante será declarado vencedor.
- 7.5.6 Se a oferta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
- 7.5.7 Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, a Pregoeira deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido um melhor preço.
- 7.5.8 Atendendo aos termos da Lei Complementar nº123/2006, de 14/12/2006, após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para empresas enquadradas na definição de microempresas e empresas de pequeno porte. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte seja igual ou até 5%(cinco por cento)superior à proposta mais bem classificada.
- 7.5.9 Para efeito do disposto no item 7.5.8, ocorrendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 7.5.10 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

considerada vencedora do certame, no prazo de 05(cinco) minutos, após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

- 7.5.11 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma de subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.5.8, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 7.5.12 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresa de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem7.5.8, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.5.13 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 7.5.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.5.14 O disposto no subitem 7.5.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresas ou empresa de pequeno porte.
- 7.5.15 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, ou do procedimento em caso de empate, conforme disposto neste item, será verificada a conformidade entre menor lance e o valor estimado para a contratação.
- 7.5.16 Caso não sejam apresentadas lances, serão verificadas a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação, e a ocorrência mencionada no item 7.5.8.
- 7.5 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela Pregoeira, membros da equipe de apoio e licitantes presentes na no horário e local indicado no preâmbulo será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

8 RECURSOS

- 8.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 8.2 O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 03





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

(três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

- 8.3 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.4 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará decadência do direito de recurso.
- 8.5 Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis pela Administração.
- 8.6 O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fax ou correio eletrônico.
- 8.7 Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, a Pregoeira devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados em todos os itens, os envelopes "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" inviolados, podendo, todavia, retê-los até o aceite do produto pelo Setor Requisitante.
- 8.8 Os recursos deverão observar os seguintes requisitos:
- serem datilografados ou digitados e devidamente fundamentado;
- serem assinados por representante legal do licitante;
- serem devidamente protocolados na Seção de Licitação, situada na Praça –
 Manuel de Assis 272, Centro, Igaratinga MG.

9 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 9.1Encerrada a seleção e ultrapassada a eventual fase recursal, com a indicação do licitante vencedor, a Pregoeira adjudicará a este o objeto da licitação.
- 9.2 Verificada a regularidade dos atos e a realização do interesse público, nos termos do artigo 3º da Lei 8.666/1993, e suas alterações a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
- 9.3 Será adjudicada a todos os ficitantes que concordarem em executar o objeto da licitação pelo preço do primeiro colocado e serão convocados para assinar a ata de registro de preços.
- 9.4 O licitante que, convocado para assinar a ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

10 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 10.1 Homologada a licitação o adjudicatário será convocado para firmar a ata de registro de preço conforme minuta em anexo.
- 10.2 A vigência do presente inicia-se a partir do recebimento da convocação acima referida limitando-se a vigência da presente ata de registro de um ano.
- 10.3 O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar a ata de registro de preços.
- 10.4 Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura da ata de registro de preços, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.
- 10.5 Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura da ata de registro de preços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.
- 10.6 Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
- 10.7 Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.
- 10.8 As entregas serão efetuadas de acordo com a nota de autorização de fornecimento e expedição do empenho, no prazo máximo de 10 (dez) dias.
- 10.9 A obrigação de fornec<mark>ime<mark>nto</mark> ap<mark>enas</mark> estará caracterizada após o recebimento pela DETENTORA das solicitações das Secretarias requisitantes (Autorização de Fornecimento).</mark>
- 10.10 A DETENTORA estará obrigada a atender diariamente a todas as ordens de fornecimento expedidas durante a vigência da presente ata de registro de preço.
- 10.11 Poderá ser concedido prazo, por mera liberalidade do Município de Igaratinga, para a entrega dos materiais que a DETENTORA não dispuser no estoque, não podendo exceder às 48 (quarenta e oito) horas.
- 10.12 A Autorização de Fornecimento deverá ser enviada via fax/e-mail, devidamente assinada pelo responsável, com a quantidade e especificação dos produtos pretendidos.
- 10.13 A DETENTORA ao receber a autorização de fornecimento deverá dar recibo e devolver via fax/e-mail e terá o prazo de 10 (dez) dias para entrega dos produtos.
- 10.14 Por ocasião de cada fornecimento, a DETENTORA deverá observar rigorosamente as especificações técnicas do produto, que deverá ser entregue





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

em total acordo para com o produto solicitado, sendo vedada a substituição por outro qualquer.

10.15 A DETENTORA será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos materiais e também arcar com todos os encargos de sua atividade, seja eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

11 DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 11.1 Os valores constantes dos produtos poderão ser revistos mediante solicitação da contratada com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 65, II "d" da Lei Federal 8.666/93.
- 11.1.1 As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

12 – DA ATA E VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1 Homologada a presente licitação, o Município de Igaratinga, lavrará documento denominado ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com os preços das propostas classificadas em primeiro lugar, devidamente registrados, antecedente ao contrato expectativa de fornecimento destinado a subsidiar o Sistema de controle de Registro de Preços, o qual terá validade de 01 ano a partir da data de sua assinatura.
- 12.2 A ata de registro de preços será lavrada em 03 (três) vias devendo uma ser juntada ao processo que lhe deu origem, ao setor de contabilidade e à empresa vencedora. ORMANDO TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO
- 12.3 A ata de registro de preços poderá ser usada por todos os órgãos da Administração direta e autárquica do Município, a qual terá validade não superior a 01 ano.

13 - CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

13.1 Em razão da aceitação de sua proposta e pelo presente instrumento, a DETENTORA, sob o regime de sua exclusiva responsabilidade, obriga-se a fornecer ao MUNICÍPIO **os produtos**, conforme descritos em sua proposta de preços, dos itens, quantidades e preços, homologados pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo Único: os materiais ora referidos serão entregues ao MUNICÍPIO de acordo com sua necessidade, não podendo ultrapassar a quantidade máxima estipulada, mas podendo ser adquiridas em menor quantidade, sendo que a DETENTORA terá somente a expectativa de aquisição.

- 13.2 Em caso da licitante detentora não assinar a ata, não assinar a nota de empenho no prazo estabelecido, reservar-se-á ao Município de Igaratinga, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, ou revogar a licitação, independente das sanções previstas para a licitante vencedora neste edital.
- 13.3 Até a assinatura da Ata, a proposta da licitante detentora poderá ser desclassificada se o Município de Igaratinga, tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.
- 13.4 Ocorrendo à desclassificação da proposta da licitante vencedora por fatos referidos no item anterior, o Município de Igaratinga, poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002.
- 13.5 A ata a ser firmada em decorrência desta licitação poderá ser cancelada a qualquer tempo independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.
- 13.6 A associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, a cisão ou a incorporação, só serão admitidas quando apresentada à documentação comprobatória que justifiquem quaisquer das ocorrências e com o consentimento prévio e por escrito da Prefeitura Municipal de Igaratinga e desde que não afete a boa execução da ata de registro de preços.

14 - DO GESTO E FISCAL DA ATA DE REGISTRO

14.1 GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 14.1.1 O Gestor da ata de registro de preços será o Secretário Municipal de Saúde o Senhor Marcelo Soares Ferreira e a fiscal a Senhora Leila Bastos Gomes.
- 14.2 ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
- 14.2.1 Organizar a Ata de Registro de Preço, apostilas e os termos aditivos;
- 14.2.2 Controlar o prazo de vigência e execução;
- 14.2.3 Solicitar prorrogação e aditivos (quantitativos/qualitativos)
- 14.2.4 Analisar proposta de prorrogação;
- 14.2.5 Manter controle da ordem cronológica de pagamentos;
- 14.2.6 Manter atualizado os valores das mercadorias com aditivos e supressões.
- 14.3 ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
- 14.3.1 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;
- 14.3.2 Determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 14.3.3 Receber provisoriamente as mercadorias;
- 14.3.4 Analisar a qualidade e quantidade dos materiais;
- 14..3.5 Propor e sanções cabíveis;

15 – DA ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- **15.1** O objeto do presente certame será entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias após a AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO nas condições apontadas no respectivo Termo de Referência (anexo III) e documentação deste pregão.
- **15.2** De acordo com a legislação o contratado é obrigado a entregar os medicamentos de acordo com as especificações designadas pelo Requisitante.
- **15.3** Os MEDICAMENTOS deverão ser entregues diretamente no local indicado: Rua José Ferreira de Faria 62 Centro, Igaratinga-MG, junto a Farmácia Municipal, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde; no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento, com prazo de validade nunca inferior a 01 (um) ano do prazo de validade.
- **15.4** Deverá ser entregue exatamente o que foi pedido na Autorização de Fornecimento, expedido pela Prefeitura quanto ao volume contido nos frascos, a concentração, facilidade e segurança para manuseio, nº de unidade por embalagem, nome comercial.
- **15.5** O número do registro do medicamento junto ao Ministério da Saúde deverá ser o mesmo das embalagens.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- **15.6 -** A licitante vencedora deverá comprometer-se a entregar a mercadoria de acordo com as especificações designadas pelo Requisitante, com prioridade no atendimento, tendo em vista o interesse público.
- **15.7 -** A entrega será parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, devendo ocorrer o fornecimento após sua solicitação.
- **15.8 -** Não serão permitidas na entrega, a substituição dos produtos ofertados, quer em função de outra especificação, outras marcas, etc.
- **15.9** Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:
- a) se disser respeito á especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- b) se disser respeito á diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

15.10 <u>DO RECEBIMENTO PROVI<mark>SÓRIO E DEFINITI</mark>VO DO OBJETO:</u>

- 15.10.1 PROVISORIAMENTE: para efeito de posterior verificação da conformidade do bem com as especificações, sendo feito imediatamente no recebimento.
- **15.10.2 DEFINITIVAMENTE:** após a verificação dos serviços e quantidade do bem e consequente aceitação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 15.11 O Município de Igaratinga MG reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com as especificações descritas em anexo, podendo cancelar a ata ou documento semelhante e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal 8666/93 e suas alterações.
- 15.12 A Detentora é obrigada a substituir, de imediato e às suas expensas, os produtos em que se verificarem irregularidades.
- 15.13 O objeto do presente certame poderá ser solicitado após a AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO nas condições apontadas no respectivo Termo de Referência e documentação deste pregão e após a assinatura da ata de registro de preço.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

15.14 Todas as observações que o licitante precisa saber para ofertar o objeto da presente licitação estão descritas no Termo de Referência, e nos anexos deste edital.

15.15 De acordo com a legislação A DETENTORA é obrigado a executar o objeto de acordo com as especificações designadas neste instrumento convocatório.

15.16 Todas as despesas diretas e indiretas, tais como: impostos, taxas, previdenciárias, correrão por conta da Detentora licitante vencedora.

15.17 Os itens listados no termo de referência, parte integrante deste edital, não necessariamente serão adquiridos em sua totalidade. Os mesmos são quantidades estimadas, sendo considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura da Ata de Registro de Preço. A licitante para a qual forem adjudicados itens constantes deste termo e for convocada para a assinatura da ata, obterá apenas o direito e a exclusividade de fornecimento dos referidos itens até o término da vigência contratual. Alertamos a todos os licitantes, para fins de seus planejamentos orçamentários que os mesmos não estão obrigados a adquirir previamente o material constante do termo de referência. O Município de Igaratinga – MG não se responsabilizará por prejuízos financeiros.

16 DO PAGAMENTO

16.1 O Município de Igaratinga efetuará o pagamento com **30 (trinta) dias** após a aprovação do Requisitante com a entrega dos medicamentos, através de crédito em conta bancária previamente informada, ou mediante pagamento através da Tesouraria Municipal.

16.2 O licitante detentor deverá entregar junto com a Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente a Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal e a Certidão Negativa de Débito para com o INSS, ou prova equivalente que comprove regularidade de situação para com a Seguridade Social em dia.

16.3 - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal será devolvida à contratada e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

17 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1 A DETENTORA da ata de registro de preço que descumprir total ou parcialmente o objeto celebrado com a Administração Pública Municipal serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666, de 1993, e suas alterações, obedecidos os seguintes critérios:
- **17.1.1 advertência** utilizada como comunicação formal, ao **fornecedor**, sobre o descumprimento da Autorização de Fornecimento, ou instrumento equivalente e outras obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- **17.1.2 multa** deverá ser prevista no instrumento convocatório, observados os seguintes limites máximos:
- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da Nota de autorização emitida;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto contratado, na hipótese da contratada injustificadamente, desistir da execução do contrato ou der causa á sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento deste termo, quando o Município, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.
- **17.1.3 suspensão** temporária de participação em licitação e **impedimento** de contratar com a Administração, por prazo definido no art. 87, inciso III, da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações;
- **17.1.4 declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 17.2 As penalidades de **advertência** e **multa** serão aplicadas de ofício ou por provocação, pela autoridade competente expressamente nomeada no instrumento convocatório.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 17.3 A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos, constantes deste edital.
- 17.4 As sanções previstas nesta Clausula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
- 17.5 A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada aqueles que:
- 17.5.1 retardarem a execução do pregão;
- 17.5.2 demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;
- 17.5.3 fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

18 IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 18.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão. A impugnação deverá ser protocolada no seguinte endereço: Praça Manuel de Assis 272, Centro, Igaratinga MG.
- 18.2 Caberá a Pregoeira decidir a petição impugnatória no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 18.3 Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

19 DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

19.1 - As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta de Dotações Orçamentárias nºs e correlatas para o exercício seguinte: □ □ □ □

07.01.10.301.1013.2.065-3.3.90.30.00-330

07.01.10.301.1013.2.065-3.3.90.30.00-331

07.01.10.301.1013.2.065-3.3.90.30.00-332

07.01.10.301.1013.2.065-3.3.90.30.00-333

07.01.10.301.1013.2.065-3.3.90.30.00-334

07.01.10.302.0043.2.066-3.3.90.30.00-359

07.01.10.302.0043.2.066-3.3.90.30.00-360

07.01.10.302.0043.2.066-3.3.90.30.00-362

07.01.10.302.0043.2.066-3.3.90.30.00-363





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

07.01.10.303.0087.2.069-3.3.90.30.00-382

07.01.10.303.0087.2.069-3.3.90.30.00-383

07.01.10.303.0087.2.069-3.3.90.30.00-384

07.01.10.303.0087.2.069-3.3.90.30.00-385 e correlatas de 2018.

20 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1 Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.
- 20.2 A empresa DETENTORA se responsabilizará pelo seu custo direto e indireto para atender o objeto licitado.
- 20.3 Caberá ao Município de Igaratinga, através de sua unidade de compras, proceder à atualização dos dados dos fornecedores constantes do Cadastro Geral de Fornecedores sob a sua responsabilidade.
- 20.4 A atualização deverá ocorrer sempre que houver modificação das situações de fato enunciadas nos documentos que integram o cadastro e, nas hipóteses de certidões, quando expirado seu prazo de validade.
- 20.5 Caberá ao licitante interessa<mark>do fornecer,</mark> quando solicitado pelo Município de Igaratinga, os documentos necessários à atualização a que se refere o item anterior, quando tal providência não poder ser cumprida de ofício.
- 20.6 O Município de Igaratinga deverá aproveitar os documentos apresentados pelos licitantes interessados em processos licitatórios para promover a atualização do cadastro.
- 20.7 Será dada vista aos proponentes interessados tanto das propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.
- 20.8 É facultado a Pregoeira ou à autoridade superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 20.9 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

20.10 É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste pregão.

20.11 A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

20.12 A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

20.13 Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou por servidor da Administração Municipal de Igaratinga, ou ainda por publicação em órgão da imprensa oficial. Todos os documentos (cópias Xerox) que vierem para autenticação por servidor público, deverão vir acompanhadas de seus originais para averiguação de sua autenticidade, não sendo admitido cópia autenticada por tabelião, como original, para autenticação por servidor público.

20.14 O presente edital e seus an<mark>exos poderão</mark> ser examinados e adquiridos na Prefeitura Municipal de Igaratinga <mark>à Praça – M</mark>anuel de Assis, 272 - Centro – Igaratinga – MG, ou pelo Site <u>www.igaratinga.mg.gov.br</u>.

20.15 As informações complementares sobre a presente licitação serão prestadas pela Pregoeira, no horário de 08:00 às 11:00 horas ou de 12:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, pelo telefone (37) 3246- 1134 e Fax (37) 3246-1404.

20.16 As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Para de Minas/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

TRANSFORMANDO TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO

Prefeitura Municipal de Igaratinga, MG, 17 de Agosto de 2018.

Taciana Aparecida Máximo Pregoeira

Visto;

Renato de Faria Guimarães Prefeito Municipa





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA	PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE
Razão Social	
CNPJ	
Endereço	
Telefone/Fax	
E-mail para contato	
Nome do Signatário	
(para assinatura do contrato)	
Estado Civil do Signatário	
Identidade do Signatário	
Nacionalidade do Signatário	
CPF do Signatário	
Endereço do signatário	
ITEM – conforme especificação	VALOR UNITÁRIO VALOR TOTAL (R\$)
técnica do Termo de Referência.	
Prese de Validade de Presente	EFEITURA DE
Prazo de Validade da Proposta	
Local de Entrega	
Prazo de entrega	
Procedência do objeto	O TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO
Marca do Produto/laboratório	
destino e quaisquer outros ônus que l	ncontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente odas as normas deste edital e seus anexos.
Observações	
Local e Data	
Assinatura do Responsável	





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO

PROCURAÇÃO A (nome da empresa) _____, CNPJ n.º _____, com sede à _____, neste ato representada pelo(s) diretor(s) ou sócio(s), com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto ao Município de Igaratinga/MG (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de pregão n.º 41/2018 (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindolhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e, em especial, para, se for o caso de apenas uma licitação. Local, data e assinatura Contratada

TRANSFORMANDO TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO



(obs: RECONHECER FIRMAS)



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº - 65/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº - 42/2018 REGISTRO DE PREÇO Nº - 33/2018

I – OBJETO: Selecionar propostas para obtenção de REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição eventual e futura de medicamentos para atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde e Centro de Saúde do Município de Igaratinga – Fundo Municipal de Saúde.

II - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

2.1 O pedido se refere à aquisição de medicamentos para suprir o estoque e atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde e Centro de Saúde do Município de Igaratinga/MG.

III - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, EXPECTATIVA DE AQUISIÇÃO:

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	300	Amp.5ml	Ácido asc <mark>órbi</mark> co 100mg/ml inj. (vitamina C)	DE		
2	50	Amp.2ml	Adenosina 3mg/ml	N(G /	
3 TR	6.000 ANSFO	Amp. 10ml	Água para injeção TRABALHO EM D	ESENV	DLVIME	NTO
4	3.000	Amp.5ml	Água para injeção			
5	200	Amp. 10ml	Aminofilina 24mg/ml inj.			





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

6	200	Amp.1ml	Atropina 0,25mg/ml inj
	4 000	Frasco-	Benzilpenicilina benzatina
7	1.200	ampola	1.200.00 inj.
	500	Frasco-	Benzilpenicilina benzatina
8	500	ampola	600.000 inj.
9	400	Amp.10ml	Bicarbonato de sódio 8,4% inj.
10	200	Amp.1ml	Biperideno 5mg/ml inj.
11	600	Frasco 20ml	Brometo de ipratrópio gotas
12	200	Amp.2ml	Bromopri <mark>da 5mg/ml</mark>
13	1.500	Amp.1ml R	Butilbrometo de escopolamina 20mg amp.
14 TR	5.000 ANSFO	Amp.5ml	Butilbrometo de escopolamina 4mg/ml + dipirona sódica 500mg/ml inj. RABALHO EM DESENVOLVIMENTO
15	900	cpr	Clopidogrel 75mg
16	500	Tb 30g	Cloranfenicol + colagenase 0,6u/g + 10mg/g pomada





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

			dermatológica
	400	Amp.10ml	Cloreto de potássio 10%
17			amp.
18	5.000	Amp. 10ml	Cloreto de sódio 0,9% inj.
40	400	Amp.10ml	Cloreto de sódio 10% inj
19			
	400	Aman Octal	Cloridrato de amiodarona
20	400	Amp 3ml	50mg/ml inj
	200	Amp 5ml	Cloridrato de clorpromazina
21			5mg/ml inj.
			Cloridrato de lidocaina 2%
22	200	Tb 30g	geleia
	1.500	Amp 2ml	Cloridrato de ranitidina
23			25mg/ml
			Cloridrato de tetracaína
			10mg/ml e cloridrato de
24	70	Frasco.10ml	fenilefrina 1mg/ml solução
TR	ANSFO	DRMANDO	Oftamica ALHO EM DESENVOLVIMENTO
) F	1.500	Amp.1ml	Cloridrato de tramadol
25			50mg/ml
	1.000	Tubo10~	Dexamentasona creme
26	1.000	Tubo10g	1mg/g





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

27	50	Frasco.5ml	Dexametasona 0,1%, neomicina 0,35%, polimixina b 6000 ui susp. Oftálmica estéril
28	800	Amp.2,5ml	Dexametasona 4mg/ml
29	1.000	Amp.2ml	Diazepan 5mg/ml
30	5.000	Amp.3ml	Diclofenaco sódico 25mg /ml
31	100	Frasco 10ml	Dimeticona 75mg/ml gotas
32	5.000	Amp.2ml	Dipirona 500 mg/ml inj.
33	50	Amp. 20ml	Dobutamina 250mg/ml
34	200	Amp.10ml	Dopamina 5mg/ml inj.
35 R	600 Ansfo	Amp.5ml DRMAND	Fenitoína 50mg/ml inj. D TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO
36	600	Amp.2ml	Fenobarbital 100mg/ml inj.
37	600	Frasco.20ml	Fenoterol gotas





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

38	100	Amp.5ml	Fentanila 0,05mg/ml			
39	100	Amp.1ml	Fitomenadiona 10mg/ml inj.			
40	1.200	Amp.2ml	Furosemida 10mg/ml inj.			
41	5.000	Amp.10ml	Glicose 50% amp.			
42	200	Amp.1ml	Haloperidol 5mg/ml inj			
43	300	Amp.1ml	Haloperidol decanoato 70,52MG/ml sol. Injetável			
44	50	Frasco- ampola. 5ml	Heparina 5.000 UI/mI inj.			
45	50	Amp.0,25ml	Heparina sódica 5000 UI/mI	DE		
46	1.000	Frasco- ampola	Hidrocortisona 100mg pó liófilo injetável	N		
TR 47	1.500 FC	Frasco- ampola	Hidrocortisonal 500mg pó D liófilo injetável	ESENV	OLVIME	NTO
48	300	Frasco.10ml	Insulina humana NPH 100 UI/ml_inj.			





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

49	200	Frasco 10ml	Insulina humana regular 100 UI/ml inj.
50	200	Frasco 20ml	Lidocaína 2% c/ epinefrina
51	1.500	Frasco 20ml	Lidocaína 2% s/ vasoconst.
52	2.000	Amp.2ml	Metoclopramida 5mg/ml inj.
53	200	Amp. 1ml	Morfina 10mg/ml
54	1.000	Tubo 10g	Neomicina + bactracina pomada
55	250	Frasco- ampola	Omepraz <mark>ol 40</mark> mg <mark>– sol</mark> . Injetável <mark>– pó</mark> liofíli <mark>co</mark>
56	300	Frasco- ampola	Penicilina procaína A DE 400.000 inj.
57	200	Amp.2ml	Petidina 50mg/ml inj.
TR 58	600SFC	Amp.2ml	Prometazina 25mg/ml injD ESENVOLVIMENTO
59	3.000	Env.27,9g	Sais de reidratação oral
60	50	Frasco 200 doses	Salbutamol aerosol 100mcg/dose





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

61	1.000	Tubo 50g	Sulfadiazina de prata creme 10mg/g 50g		
62	100	Amp. 10ml	Sulfato de magnésio 50%		
63	200	Frasco- ampola	Suxametônio 100mg injetável		
64	200	Frasco- ampola	Suxametônio 500mg injetável		
65	1.500	Frasco- ampola	Tenoxican 20mg pó liófilo para solução injetável		
66	500	Frasco- ampola	Tenoxican 40mg pó liófilo para solu <mark>ção</mark> injetável		
67	1.000	Amp.2ml	Vitaminas do Complexo B inj.		

IV - AVALIAÇÃO DE CUSTOS:

4.1 A divulgação do orçamento como anexo do edital é facultativo da Administração, pois, a teor do disposto no inciso III do artigo 3º da Lei Federal 10.520, de 2002, sendo que o orçamento está disponível nos autos para averiguação de todos os licitantes interessados.

V - CRITÉRIO DEJULGAMENTO ABALHO EM DESENVOLVIMENTO

5.1 O critério de julgamento será o de menor preço, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

VI - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

6.1 As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta de Dotações Orçamentárias nºs e correlatas para o exercício seguinte:

07.01.10.301.1013.2.065-3.3.90.30.00-330

07.01.10.301.1013.2.065-3.3.90.30.00-331

07.01.10.301.1013.2.065-3.3.90.30.00-332





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

07.01.10.301.1013.2.065-3.3.90.30.00-333

07.01.10.301.1013.2.065-3.3.90.30.00-334

07.01.10.302.0043.2.066-3.3.90.30.00-359

07.01.10.302.0043.2.066-3.3.90.30.00-360

07.01.10.302.0043.2.066-3.3.90.30.00-362

07.01.10.302.0043.2.066-3.3.90.30.00-363

07.01.10.303.0087.2.069-3.3.90.30.00-382

07.01.10.303.0087.2.069-3.3.90.30.00-383

07.01.10.303.0087.2.069-3.3.90.30.00-384

07.01.10.303.0087.2.069-3.3.90.30.00-385 e correlatas de 2018.

VII - DO GESTOR E FISCAL DA ATA DE REGISTRO

7.1 GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1.1 O Gestor da ata de registro de preços será o Secretário Municipal de Saúde o Senhor Marcelo Soares Ferreira e a fiscal a Senhora Leila Bastos Gomes.

7.2 ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

7.2.1 Organizar a Ata de Registro de Preço, apostilas e os termos aditivos;

7.2.2 Controlar o prazo de vigência e execução;

7.2.3 Solicitar prorrogação e aditivos (quantitativos/qualitativos)

7.2.4 Analisar proposta de prorrogação;

7.2.5 Manter controle da ordem cronológica de pagamentos;

7.2.6 Manter atualizado os valores das mercadorias com aditivos e supressões.

7.3 ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA AT<mark>A D</mark>E R<mark>EGIS</mark>TRO DE PREÇO.

7.3.1 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato:

7.3.2 Determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados:

7.3.3 Receber provisoriamente as mercadorias;

3.3.4 Analisar a qualidade e quantidade dos materiais;

3.3.5 Propor e sanções cabíveis;

VIII – PRAZO DE EXECUÇÃO, LOCAL DE ENTREGA, CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO OBJETO.

ACEITABILIDADE DO OBJETO.
8.1 O objeto do presente certame será entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias após a AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO nas condições apontadas no respectivo Termo de Referência (anexo III) e documentação deste pregão.

8.2 De acordo com a legislação o contratado é obrigado a entregar os medicamentos de acordo com as especificações designadas pelo Requisitante.

8.3 - Os MEDICAMENTOS deverão ser entregues diretamente no local indicado: Rua José Ferreira de Faria – 62 – Centro, Igaratinga-MG, junto a Farmácia Municipal, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde; no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

Fornecimento, com prazo de validade nunca inferior a 01 (um) ano do prazo de validade.

- 8.4 Deverá ser entregue exatamente o que foi pedido na Autorização de Fornecimento, expedido pela Prefeitura quanto ao volume contido nos frascos, a concentração, facilidade e segurança para manuseio, nº de unidade por embalagem, nome comercial.
- 8.5 O número do registro do medicamento junto ao Ministério da Saúde deverá ser o mesmo das embalagens.
- 8.6 A licitante vencedora deverá comprometer-se a entregar a mercadoria de acordo com as especificações designadas pelo Requisitante, com prioridade no atendimento, tendo em vista o interesse público.
- 8.7 A entrega será parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, devendo ocorrer o fornecimento após sua solicitação.
- 8.8 Não serão permitidas na entrega, a substituição dos produtos ofertados, quer em função de outra especificação, outras marcas, etc.
- 8.9 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:
- a) se disser respeito á especific<mark>ação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.</mark>
- b) se disser respeito á diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 8.10 DO RECEBIMENTO PROVISÓR<mark>IO E DEFINI</mark>TIVO DO OBJETO:
- **8.10.1 PROVISORIAMENTE**: para efeito de posterior verificação da conformidade do bem com as especificações, sendo feito imediatamente no recebimento.
- **8.10.2 <u>DEFINITIVAMENTE:</u>** após a verificação dos serviços e quantidade do bem e consequente aceitação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.11 O Município de Igaratinga MG reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com as especificações descritas em anexo, podendo cancelar a ata ou documento semelhante e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal 8666/93 e suas alterações.
- 8.12 A Detentora é obrigada a substituir, de imediato e às suas expensas, os produtos em que se verificarem irregularidades.
- 8.13 O objeto do presente certame poderá ser solicitado após a AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO nas condições apontadas no respectivo Termo de Referência e documentação deste pregão e após a assinatura da ata de registro de preço.
- 8.14 Todas as observações que o licitante precisa saber para ofertar o objeto da presente licitação estão descritas no Termo de Referência, e nos anexos deste edital.
- 8.15 De acordo com a legislação A DETENTORA é obrigado a executar o objeto de acordo com as especificações designadas neste instrumento convocatório.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

8.16 Todas as despesas diretas e indiretas, tais como: impostos, taxas, previdenciárias, correrão por conta da Detentora licitante vencedora.

8.17 Os itens listados no termo de referência, parte integrante deste edital, não necessariamente serão adquiridos em sua totalidade. Os mesmos são quantidades estimadas, sendo considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura da Ata de Registro de Preço. A licitante para a qual forem adjudicados itens constantes deste termo e for convocada para a assinatura da ata, obterá apenas o direito e a exclusividade de fornecimento dos referidos itens até o término da vigência contratual. Alertamos a todos os licitantes, para fins de seus planejamentos orçamentários que os mesmos não estão obrigados a adquirir previamente o material constante do termo de referência. O Município de Igaratinga – MG não se responsabilizará por prejuízos financeiros.

IX - FORMA DE PAGAMENTO

- 9.1 O Município de Igaratinga efetuará o pagamento com 30 (trinta) dias após a aprovação do Requisitante, através de crédito em conta bancária previamente informada, ou mediante pagamento através da Tesouraria Municipal.
- 9.2 O licitante vencedor deve<mark>rá entregar junto</mark> com a Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente a Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal e a Certidão Negativa de Débito para com o INSS, ou prova equivalente que comprove regularidade de situação para com a Seguridade Social em dia.
- 9.3 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal será devolvida à contratada e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

X - VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO:

10.1 - Será de 12 (doze) meses após a assinatura da ata de registro de preços.

XI – CONDIÇÕES GERAIS

11.1 Rege-se o objeto deste Termo de Referência pelos preceitos de direito público, aplicando se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei nº 8.666/93.

Igaratinga, 17 de Agosto de 2018.

Taciana Aparecida Máximo Pregoeira

Marcelo Soares Ferreira Secretário Municipal de Saúde





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

ANEXO IV - MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 33/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº - 42/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº - 65/2018

Aos dias do mês de de 2018, reuniu-se no setor de licitações, situado na Praça - Manuel de Assis, Centro, em Igaratinga (MG), CEP - 35.695-000, a Pregoeira, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal 8.883, de 09 de junho de 1994 e das demais normas legais aplicáveis, em especial a Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal 462/2006 e do Registro de Preço nº 532/2009, em face da de Pregão nº classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2018 -PROCESSO DE REGISTRO DE PREÇO Nº 65/2018, por deliberação da Pregoeira, publicada em: no quadro de aviso no hall do prédio da Prefeitura de Igaratinga -MG, protocolado no dia, de de 2018, na imprensa oficial do Estado de Minas Gerais no dia , página e na internet através do site www.igaratinga.mg.gov.br e adjudicada pela Pregoeira e equipe de apoio nomeada pela Portaria nº 441 de 04 de Abril de 2018, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos produtos constantes nos anexos desta ata, a serem utilizados no Município, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa abaixo qualificada, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar, observando as condições enunciadas nas cláusulas que se seguem:

Pelo presente Contrato Administrativo de FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE IGARATINGA**, Estado de Minas Gerais, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no cadastro de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 18.313.825/0001-21, aqui representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Renato de Faria Guimarães, brasileiro, solteiro, agente político, residente e domiciliado neste Município de Igaratinga.

, pessoa jurídica de Direito privado, inscrito no cadastro
nacional de pessoa jurídica – CNPJ nº sob o nº situado na Av/Rua – – Município de situado na Av/Rua
MG, vencedora e adjudicatária do pregão supra referido, por seu representante
legal, Senhor, CPF nº, doravante denominado
simplesmente DETENTORA, resolvem firma o presente instrumento, objetivando
registrar os preços dos medicamentos constantes na cláusula primeira, em
conformidade com o ajustado a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

1.1 Constitui objeto da presente Ata, o registro de preço, para o FORNECIMENTO, pela DETENTORA a Prefeitura Municipal de Igaratinga, aquisição eventual e futura de medicamentos para atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde e Centro de Saúde do Município de Igaratinga – Fundo Municipal de Saúde, constantes no termo de referência conforme, edital do pregão presencial nº 42/18 e a proposta da DETENTORA, cujos termos são parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO:

2.1 Os preços registrados são os seguintes : (colocar os preços)

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 3.1 O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da CONTRATADA com vistas á manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preço, na forma do art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 8.666/93.
- 3.2 As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos da ata de registro de preço.

CLAÚSULA QUARTA – VALIDADE DO REGISTRO DE PRECO

4.1 – O prazo de vigência da presente ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO DE ENTREGA:

- 5.1 O objeto do presente certame será entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias após a AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO nas condições apontadas no respectivo Termo de Referência (anexo III) e documentação deste pregão.
- 5.2 De acordo com a legislação o contratado é obrigado a entregar os medicamentos de acordo com as especificações designadas pelo Requisitante.
- 5.3 Os MEDICAMENTOS deverão ser entregues diretamente no local indicado: Rua José Ferreira de Faria 62 Centro, Igaratinga-MG, junto a Farmácia Municipal, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde; no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento, com prazo de validade nunca inferior a 01 (um) ano do prazo de validade.
- 5.4 Deverá ser entregue exatamente o que foi pedido na Autorização de Fornecimento, expedido pela Prefeitura quanto ao volume contido nos frascos, a concentração, facilidade e segurança para manuseio, nº de unidade por embalagem, nome comercial.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 5.5 O número do registro do medicamento junto ao Ministério da Saúde deverá ser o mesmo das embalagens.
- 5.6 A licitante vencedora deverá comprometer-se a entregar a mercadoria de acordo com as especificações designadas pelo Requisitante, com prioridade no atendimento, tendo em vista o interesse público.
- 5.7 A entrega será parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, devendo ocorrer o fornecimento após sua solicitação.
- 5.8 Não serão permitidas na entrega, a substituição dos produtos ofertados, quer em função de outra especificação, outras marcas, etc.
- 85.9 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:
- a) se disser respeito á especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- b) se disser respeito á diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

5.10 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO:

- **5.10.1 PROVISORIAMENTE**: para efeito de posterior verificação da conformidade do bem com as especificações, sendo feito imediatamente no recebimento.
- **5.10.2 <u>DEFINITIVAMENTE:</u>** após a verificação dos serviços e quantidade do bem e consequente aceitação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.11 O Município de Igaratinga MG reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com as especificações descritas em anexo, podendo cancelar a ata ou documento semelhante e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal 8666/93 e suas alterações.
- 5.12 A Detentora é obrigada a substituir, de imediato e às suas expensas, os produtos em que se verificarem irregularidades.
- 5.13 O objeto do presente certame poderá ser solicitado após a AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO nas condições apontadas no respectivo Termo de Referência e documentação deste pregão e após a assinatura da ata de registro de preço.
- 5.14 Todas as observações que o licitante precisa saber para ofertar o objeto da presente licitação estão descritas no Termo de Referência, e nos anexos deste edital.
- 5.15 De acordo com a legislação A DETENTORA é obrigado a executar o objeto de acordo com as especificações designadas neste instrumento convocatório.
- 5.16 Todas as despesas diretas e indiretas, tais como: impostos, taxas, previdenciárias, correrão por conta da Detentora licitante vencedora.
- 5.17 Os itens listados no termo de referência, parte integrante deste edital, não necessariamente serão adquiridos em sua totalidade. Os mesmos são quantidades estimadas, sendo considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura da Ata de Registro de Preço. A licitante para a qual forem adjudicados itens constantes deste termo e for convocada para a assinatura





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

da ata, obterá apenas o direito e a exclusividade de fornecimento dos referidos itens até o término da vigência contratual. Alertamos a todos os licitantes, para fins de seus planejamentos orçamentários que os mesmos não estão obrigados a adquirir previamente o material constante do termo de referência. O Município de Igaratinga – MG não se responsabilizará por prejuízos financeiros.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1 - As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta de Dotações Orçamentárias próprias nºs e as correlatas para o exercício seguinte:

 $07.01.10.301.1013.2.065\hbox{-}3.3.90.30.00\hbox{-}330$

07.01.10.301.1013.2.065-3.3.90.30.00-331

07.01.10.301.1013.2.065-3.3.90.30.00-332

07.01.10.301.1013.2.065-3.3.90.30.00-333

07.01.10.301.1013.2.065-3.3.90.30.00-334

07.01.10.302.0043.2.066-3.3.90.30.00-359

07.01.10.302.0043.2.066-3.3.90.30.00-360

07.01.10.302.0043.2.066-3.3.90.30.00-362

07.01.10.302.0043.2.066-3.3.90.<mark>30.00-363</mark>

07.01.10.303.0087.2.069-3.3.90.30.00-382

07.01.10.303.0087.2.069-3.3.90.30.00-383

07.01.10.303.0087.2.069-3.3.90.30.00-384

07.01.10.303.0087.2.069-3.3.90.30.00-385 e correlatas de 2018.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

- 7.1 O Município de Igaratinga efetuará o pagamento com 30 (trinta) dias após a aprovação do Requisitante, através de crédito em conta bancária previamente informada, ou mediante pagamento através da Tesouraria Municipal.
- 7.2 O licitante vencedor deverá entregar junto com a Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente a Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal e a Certidão Negativa de Débito para com o INSS, ou prova equivalente que comprove regularidade de situação para com a Seguridade Social em dia.
- 7.3 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal será devolvida à contratada e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1 Fornecer o objeto do presente, de acordo com a Autorização de Fornecimento, expedida pelo Município;





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 8.2 Manter, durante toda a execução da ata de registro de preço, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.3 Arcar com todas as despesas decorrentes do cumprimento desta ata, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários e frete.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1 Efetuar o pagamento do presente instrumento após a apresentação e aceitação e atesto do responsável pela aceitação das mercadorias e emissão de nota fiscal por parte da CONTRATADA e desde que cumpridas as demais exigências e formalidades previstas em lei e nesta ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO E DO CANCELAMENTO

- 10.1 A Ata poderá ser rescindida, bem como, ser cancelado de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta ata, a qualquer tempo e independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77,78 e art. 79 da Lei Federal 8.666/93.
- 10.2 Poderá ainda a presente ata ser rescindida, desde que motivado o ato e assegurado à DETENTORA o contraditório e a ampla defesa guando esta:
- 10.2.1 venha a ser atingido por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;
- 10.2.2 for envolvido em escândalo público e notório;
- 10.2.3 quebrar o sigilo profissional;
- 10.2.4 utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao publico e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pelo Município de Igaratinga.
- 10.3 A nulidade do processo licitatório induz à da presente ata. Sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei Federal 8.666/93.
- 10.4 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 10.5 for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 10.6 for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 10.7 O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, for formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
- 10.8 A DETENTORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA ONZE - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 11.1 Ao fornecedor que descumprir total ou parcialmente o objeto celebrado com Administração Pública Municipal serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666, de 1993, e suas alterações, obedecidos os seguintes critérios:
- A) advertência utilizada como comunicação formal, ao fornecedor, sobre o descumprimento da Autorização de Fornecimento, ou instrumento equivalente e outras obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- B) **multa** deverá ser prevista no instrumento convocatório, observados os seguintes limites máximos:
- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da nota de autorização;
- b)10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto contratado, na hipótese da contratada injustificadamente, desistir da execução do contrato ou der causa á sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento deste termo, quando o Município, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.
- C) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo definido no art. 87, inciso III, da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações;
- D) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 11.2 As penalidades de **advertência** e **multa** serão aplicadas de ofício ou por provocação, pela autoridade competente expressamente nomeado no instrumento convocatório.
- 11.3 A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos, constantes deste contrato.
- 11.4 As sanções previstas nesta Clausula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à DETENTORA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DOZE - DA CESSÃO:

12.1 A DETENTORA não poderá transferir ou ceder a ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

CLÁUSULA TREZE - DO REGIME LEGAL:





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

13.1 A presente Ata rege-se basicamente pelas normas consubstanciadas na Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1.993 com suas alterações, e pelo Decreto Municipal nº 462/2006.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS CASOS OMISSOS:

14.1 Para preencher os casos omissos deste ajuste, deverão ser utilizados dispositivos da legislação aplicável, bem como normas jurídicas outras adequadas, ressalvado o que se acordou neste ajuste.

CLÁUSULA QUINZE - DO COMPROMISSO:

15.1 **A CONTRATADA** obriga-se a atender integralmente as exigências constantes do Pregão Presencial nº 42/2018, passando este a fazer parte integrante desta ata.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DO GESTOR E FISCAL DA ATA:

- 16.1 O Gestor da ata de registro de preços será o Secretário Municipal de Saúde o Senhor Marcelo Soares Ferreira e a fiscal a Senhora Leila Bastos Gomes.
- 16.2 ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
- 16.2.1 Organizar a Ata de Registro de Preço, apostilas e os termos aditivos;
- 16.2.2 Controlar o prazo de vigência e execução;
- 16.2.3 Solicitar prorrogação e aditivos (quantitativos/qualitativos)
- 16.2.4 Analisar proposta de prorrogação;
- 16.2.5 Manter controle da ordem cronológica de pagamentos;
- 16.2.6 Manter atualizado os valores das mercadorias com aditivos e supressões.
- 16.3 ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA A<mark>TA DE REG</mark>ISTRO DE PREÇO.
- 16.3.1 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato:
- 16.3.2 Determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 16.3.3 Receber provisoriamente as mercadorias;
- 16.3.4 Analisar a qualidade e quantidade dos materiais;
- 16.3.5 Propor e sanções cabíveis;

CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

17.1 As partes elegem como único e competente para dirimir controvérsias daqui decorrentes o Foro da Comarca de Para de Minas/ MG, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e acertadas, assinam as partes o presente instrumento, em três vias, na presença de duas testemunhas, para os fins de direito.

Igaratinga, de de 2018.





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

Renato de Faria Guimarães Prefeito Municipal - CONTRATANTE

DETENTORA

Marcelo Soares Ferreira Gestor do Contrato

Leila Bastos Gomes Fiscal do Contrato

TESTEMUNHAS:



TRANSFORMANDO TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO





Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

ANEXO V

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2018 REGISTRO DE PREÇO Nº 33/2018

_	REGISTA	TO DE PRI	<u>- ÇO N° 33/2</u>	<u>.U10</u>			
A empresa _						scrita	
CNPJ sob o				por	intermédio	de	seu
representante	= : :				incorit		, CDE
sob o nº	cumento de Ident	lidade II°_			, INSCIII	0 110	CPF
300 0 11							
DECLARA, sob	as penas da Lei, d	que não es	tá sujeita a d	quaisq	uer dos imp	edime	ntos
-	3º da Lei Comple				•		
	recido estabelecio		. 42 a 49 da	citad	a lei e que d	cumpr	e os
requisitos legais	para qualificação	como:					
() Microempres	a, ME ou () Empi	resa de Pe	queno Porte	, EPP	, definida no	art. 3	o da
	tar n.º 123/2006;						
() Cosiododo		arada à l	AE OU EDD	40.00	مام میلامینام	200	
` '	cooperativa equip rior, receita bruta d						
	omplementar n° 1	-					
não cooperados	•	20, 40 20	oo, nola mor	aracc	00 4100 000	porad	00 0
·							
(Assinalar a con	dição da empresa		JRA I	DE			
() Declaro que a	a empresa possui	restrição fi	scal no(s) do	ocume	nto(s) de ha	bilitaç	ão e
	tilizar o prazo pre					_	
123/06, para re	egularização, esta	ndo ciente	que, do co	ontrári	o, decairá d	direi	to à
-	tando sujeita às	sanções p	revistas no	art. 8	31, da Lei F	edera	al nº
8.666/93.	DRMANDO TE		O EM DE	CEN	\/\ \\ \	ENITO	
	n caso afirmativo,					_1110	
(,			,	1. 0	240	
			de		de 20	J18.	
	(assinatu	ıra do repre	esentante le	<u>gal)</u>			
Nomo ou carimh	oo do declarante:_						
	oo do declarante:_						
	identidade:						
Telefone, fax e	e-mail para contate	0:					

